

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA
 - 1.1 – 38ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 - 2.1 – Comissão
- 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 5 – ERRATA



ATA

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/9/2020

Presidência do Deputado Carlos Henrique

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Orientações Gerais sobre a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 2.164/2020; Requerimentos nºs 6.250 e 6.251/2020 – Comunicações: Comunicação do deputado Sávio Souza Cruz – Oradores Inscritos: Discursos da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Coronel Henrique, Betão e Carlos Pimenta – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Coronel Henrique – Delegada Sheila – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Às 14h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Betão, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Orientações Gerais para a Reunião

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, c/c o art. 157, do Regimento Interno;

3) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo chat online, escrevendo expressamente “aparte”;

4) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.164/2020

Determina a inclusão de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras –, nos telejornais, nas peças publicitárias e programas institucionais do governo estadual das emissoras televisivas, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica determinada a obrigatoriedade da inclusão da língua brasileira de sinais – Libras –, pela emissora de televisão pública de Minas Gerais, na programação dos telejornais locais, nas peças publicitárias e programas institucionais do governo estadual, como forma de garantir o direito ao acesso à informação de pessoas com deficiência auditiva.

Art. 2º – As emissoras de televisão locais deverão ofertar as notícias locais na Língua Brasileira de Sinais – Libras –, como forma legal para a comunicação dos surdos através dos telejornais locais.

Art. 3º – As regulamentações complementares decorrentes da presente lei poderão ser definidas pelos órgãos competentes da administração pública do Estado de Minas Gerais.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de setembro de 2020.

Ione Pinheiro, vice-líder do Bloco Liberdade e Progresso (DEM).

Justificação: Todo cidadão tem garantido pelas mais variadas legislações brasileiras, o livre acesso à informação. Também, é garantido que toda pessoa com deficiência tem direito a igualdade de oportunidades e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação, conforme prevê o art. 1º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 1º – É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A Língua Brasileira de Sinais – Libras é constituída por uma comunicação formada por gestos e sinais específicos e considerada uma língua oficial no Brasil (reconhecida por lei) e referência na comunidade de surdos. A lei que aborda todos os detalhes quanto à Língua Brasileira de Sinais é a nº 10.436, publicada em 24 de abril de 2002.

Com o reconhecimento da Libras em 2002, a comunidade de surdos obteve outra importante vitória que foi garantir o ensino e difusão da Língua Brasileira de Sinais.

Ainda existem limitações ao acesso às informações na transmissão dos programas de notícias, como os telejornais e nas campanhas institucionais de caráter educativo veiculadas por meio da televisão e também em vídeos na internet, como acontece neste momento em razão da pandemia do Coronavírus.

Embora nos aparelhos de televisões existam dispositivos tecnológicos que permitem a transcrição das falas por meio de legendas, a linguagem escrita na língua portuguesa, por vezes não é bem compreendida pela pessoa surda, por ser a segunda língua e ser comparada a uma língua estrangeira.

Assim, interpretar ou produzir uma escrita estranha à própria língua confronta a organização da linguagem e o conhecimento gramatical, fato que dificulta a utilização da tecnologia assistiva, no formato produção de legenda, para um número considerável de pessoas com deficiência auditiva.

Desta forma, este projeto de lei busca resguardar a presença dos interpretes de Libras, garantindo o acesso das pessoas com deficiência auditiva à comunicação e informação.

Já se encontram em tramitação nos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Alagoas e Ceará, projetos de lei semelhantes.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.250/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja realizada, em caráter emergencial, uma operação tapa-buraco na estrada que liga a cidade de Antônio Prado de Minas à Eugenópolis, bem como, em seguida, seja realizado o recapeamento asfáltico na estrada, o que favorecerá a população das cidades vizinhas, os pequenos produtores rurais que necessitam

escoar sua produção e os usuários do SUS, inclusive os que estão acometidos da covid-19, que realizam deslocamentos para atendimento médico. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.251/2020, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações pormenorizadas acerca das medidas adotadas ou os programas desenvolvidos pela secretaria relativos à orientação e prevenção dos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes durante o período da pandemia de covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Sávio Souza Cruz.

Oradores Inscritos

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputados e deputadas.

Presidente, eu venho à tribuna hoje, no dia 9 de setembro, para celebrar aqui os 15 anos do Partido Socialismo e Liberdade. No dia 15/9/2005, esse partido conseguiu o seu registro na Justiça Eleitoral. De lá para cá, nossa trajetória tem sido de extrema coerência, sintetizada na memória da nossa irmã Marielle Franco e expressa pela atuação irretocável da nossa bancada federal.

Trago isso, presidente, colegas deputados e deputadas, pessoas que nos assistem, por ter o compromisso, o enraizamento de compromissos que conseguiram ser reverberados no Partido Socialismo e Liberdade, no qual hoje construo o meu projeto político e encontro vozes como a minha e a de vários aliados que representam boa parte do povo brasileiro, do povo pobre que, desde a história da colonização, da escravidão, foi silenciado. Hoje somos só a voz dos povos originários, só a voz dos camelôs, das empregadas domésticas, das mulheres que vivem nas periferias construindo as grandes cidades. Somos a voz de várias famílias segregadas, sem acesso, sem direito a saneamento – isso até hoje, no século XXI. Somos a voz de vários sujeitos revolucionários que hoje ainda estão encarcerados, contidos por um Estado que não deu conta de dar uma resposta social.

Celebrar é também reconhecer outros corpos que vêm caminhando com a gente: os movimentos sociais, que nos reconhecem, constroem conosco no cotidiano, como as profissionais do sexo, as ocupações, os assentamentos. Esses, de fato, legitimam todo o meu cotidiano, porque eu o construo com eles. Crescemos nesses 15 anos. Somos hoje debutantes de uma inventividade carnavalizada que nasceu aqui em Belo Horizonte, que foi para Minas, que está indo para o Brasil e que hoje ressoa no mundo inteiro. Somos muitas, encantando e descolonizando, a partir de uma chamada da Marielle, uma mulher negra que chegou ao mestrado, construindo a sua pesquisa e a sua trajetória de pesquisadora junto aos movimentos sociais e principalmente aos cursinhos populares.

Nós, mulheres negras, inventamos um estado no nosso cotidiano, aonde o Estado não chega. Mais do que a adesão à sociedade engajada, temos reinventado uma democracia, fazendo uma política necessariamente feminista. Ressalto aqui que feminismo não é só trocar o gênero por trás do chicote; é, de fato, o compromisso com o empoderamento e a garantia das mulheres ocuparem espaços de poder, com a consciência do papel político que estão cumprindo. Não pode ser só uma narrativa de quem vai lavar o copo, de quem vai arrumar a cama, de quem vai cuidar dos filhos. Nós estamos falando de projeto social, de projeto político, de um projeto de nação que tem que rever os projetos de economia que não reconhecem o papel das mulheres na centralidade dessa economia, na centralidade nos processos de comunicação, de construção de território. Por isso, a nossa prática política de “Nada sobre nós, sem nós” tem multiplicado as candidaturas cidadãs, coletivas, das ruas, das quebradas, dos aglomerados, das aldeias, dos quilombos, nas cidades que fazem os nossos corpos.

Reforço aqui, presidente, colegas, que o partido... Neste momento, nós entregamos o nosso maior capital aqui, em Belo Horizonte, da nossa geração política, Áurea Carolina, vereadora eleita com o maior número de votos da história desta capital. É uma mineira jovem, que agora é deputada federal. É mulher, mãe, periférica, do hip-hop. Aprendeu a construir com os políticos, com esses cuja discussão passa pela oralidade, pela musicalidade e pela poesia. É com esse corpo de Áurea Carolina que seremos muitas, toda uma multidão de mulheres, de uma juventude periférica, a melhor inteligência política que constrói uma cidade e que está pronta, neste momento, para governar.

Nossa coerência continua sendo mantida. Faço questão de celebrar o meu voto nesta Casa, nesta semana, contra o absurdo da deformação da Previdência do governador Zema, em nome do Psol, em nome da consciência de que trabalhadoras somos todas nós que ainda não estamos suficientemente nesse espaço de decisão e que temos tantas outras incidências certeiras, intransigentes na defesa da população mais vulnerável, que alimenta e encanta a política, em um momento em que muitas instituições deste país estão ruindo.

Nós seguimos firmes. Orgulho-me de que, na primeira Legislatura desta Casa, o Psol – a Andréia deputada – conseguiu aprovar coletivamente sete projetos de lei construídos com a sociedade civil, transformando todo o clamor, as dores e as angústias do povo em termos legislativos. Isso é uma vitória gigantesca, tão gigante que consegue incomodar aqueles que ainda não conseguiram chegar a nem um décimo dessa construção, porque ainda não perceberam que só avança quem constrói de forma positiva, com aqueles que não estão aqui dentro desta Casa no cotidiano.

Com essa coerência, eu quero fazer aqui duas reflexões importantes também, presidente, sobre projetos de lei que estão sendo discutidos no Congresso Nacional, projetos que mostram incoerência, hipocrisia. O que está se disputando? Quais as disputas que estão por trás dos homens de toga que estão lá cochichando no ouvido dos Legislativos? Que disputa está por trás nesse momento de repressão – porque é um momento da repressão - para dar resposta à corrupção, aos espetáculos produzidos pelo Judiciário? Eu pergunto aqui: como o aumento da repressão pode garantir mudanças estruturais de poder? Como a gente pode lidar com a coisa pública?

E aqui eu falo do Projeto de Lei nº 1.581/2020, presidente, que versa sobre a anulação de dívidas tributárias nos mercados de fé. Estou aqui para dizer que sou contrária à mercantilização da fé. Que o meu rosário e as minhas guias cruzem o meu peito para que a gente continue defendendo a isonomia de templos de matriz africana. A dívida que se está tentando perdoar diz respeito à contribuição previdenciária, à contribuição social sobre o lucro líquido e incide praticamente em todas as políticas públicas, questões jurídicas, fontes de recurso e seguridade social. É esse o debate que está aí em disputa. Como manteremos um Estado em que cada vez mais as isenções servem para atender interesses que não estão muito alinhados com a coisa pública, com a democracia?

Tudo isso acontece num País laico que vive um momento dramático: mais de 120 mil mortes causadas por uma pandemia, recorde de desemprego, especialmente nas classes mais vulneráveis. A gente tem denunciado isso, mas também apresentado alternativas. É possível fomentar economias territoriais, é possível pensar em outras economias a partir de agora - da uberização da vida - para que a gente possa retomar isso como um modelo de construção comunitária, de compartilhamento - a redução do atendimento, o isolamento social, os cortes de benefícios.

Mas é preciso dizer, presidente - estou finalizando o meu posicionamento -, que infelizmente, com a aprovação desse projeto, apesar de estar muito indignada... Certamente é mais uma iniciativa no âmbito dessa política de morte implementada pelo governo Bolsonaro. Falo dos projetos que estão polemizando o Congresso e que não discutem estruturas reais de mudança na vida das pessoas. Para que trazer o debate da religiosidade apenas no campo tributário neste momento em nós precisamos fortalecer e ainda mais encontrar fontes de receita para a manutenção da vida das pessoas? É um momento questionável, e a minha segunda reflexão traz um pouco disso.

O projeto de Lei nº 1.485/2020, já aprovado na Câmara, agora tramita no Senado e é uma proposta que aumenta as penas para vários tipos de crimes na administração pública, praticados durante o estado de calamidade pública provocado pela pandemia. O projeto dobra as penas e as aumenta com o objetivo de reduzir o número dos destinatários no enfrentamento da calamidade por causa do emprego irregular de recursos públicos, corrupção passiva e ativa – todos esses argumentos já previstos no Código Penal. Eu pergunto: qual o motivo de, neste momento, a gente estar ampliando ainda mais formas de repressão? Isso é totalmente incoerente e me coloco aqui aberta para debater, de fato, respostas concretas para a corrupção, para garantir que as pessoas tenham condições de participar e de fiscalizar o Estado, de participar de suas decisões.

E aqui eu reforço: as denúncias de crimes cometidos em primeiros escalões de governo, por secretários, e, inclusive, o aumento de penas... Trazer esse grupo social para um debate penal é cada vez mais legitimar esse lugar que já não cumpre nenhum dos princípios da justiça. Hoje o sistema prisional encoberta um Estado incapaz de dar respostas sociais e pior do que isso: hoje não existe mecanismo efetivo de repressão para corrigir nenhum tipo de distensão social. Nós precisamos construir, sim, condições de participação, de fiscalização qualificada como o que a gente denunciou, durante muitas horas, aqui na Assembleia, para que de fato a gente tenha condições de trazer o povo para compreender – e aí digo “povo” como parte dele – como as casas legislativas funcionam, como é a administração pública, como são feitos os gastos públicos. Temos feito esforço para garantir a participação das pessoas nas emendas parlamentares, no ciclo orçamentário; para entender, conseguir dialogar com cada usuário do transporte público: como o transporte funciona? Como funcionam as concessões? Quem são os empresários que estão por trás das grandes corporações? Essa é a única forma de romper com as estruturas que mantêm privilégio, que mantêm informação segregada e na mão de poucos.

Meu convite aqui, nesses 15 anos de Partido Socialismo e Liberdade, é para essa construção que está ascendendo e que, em 2020, vai novamente demonstrar a que viemos: construir amplamente projetos. Com certeza, temos como objetivo construir Palmares de novo. Faremos Palmares de novo em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais; faremos Palmares de novo na Nação brasileira porque não caminhamos só, caminhamos com nossos ancestrais, com todo esse povo negro que já construiu até aqui e que avançará com um projeto real que vai para além das siglas partidárias, com a vontade e o desejo de, de fato, ter uma Nação soberana, uma Nação não monárquica. Não queremos ficar saudosistas em relação à monarquia, nós queremos uma democracia de fato. Enquanto houver racismo, não haverá democracia, por isso a nossa luta é por Palmares de novo. Concluo aqui, presidente. Obrigada pelo espaço.

O deputado Coronel Henrique – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste. O dia de hoje é um dia especial, Sr. Presidente: dia 9 de setembro. Hoje comemoramos o Dia do Médico-Veterinário. Justamente no dia 9/9/1933, o então presidente Getúlio Vargas assinou o decreto que regulamentava a profissão no Brasil. O Decreto nº 23.133, naquele momento, regulamentava uma profissão que já existia desde a chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1810. Quando aqui chegaram os primeiros animais vindos da coroa portuguesa, lá já estava previsto o cargo de veterinário, dentro dos regimentos de cavalaria, mas nós não tínhamos ainda essa profissão no Brasil. Para essa profissão, a primeira escola foi criada em 1910, a Escola de Veterinária do Exército. Essa escola formou profissionais até 1937. Depois houve uma alteração na nossa legislação, e ela passou a formar os oficiais veterinários do Exército Brasileiro.

Mas em particular, eu gostaria de falar para toda a população mineira a história da medicina veterinária para que as pessoas entendam o nosso papel na sociedade. Enquanto, nos regimentos de cavalaria, cuidávamos somente dos equinos, a profissão não ganhou destaque no Brasil. No início do século XX, com as crises sanitárias semelhantes à que acontece no mundo hoje, com diversas doenças sendo transmitidas na capital federal, com destaque todo especial para a febre amarela, com a presença de Oswaldo Cruz, o governo verificou que existiam falhas entre os profissionais de saúde da nossa estrutura governamental. Para culminar, ocorreu muito mais com isso, tivemos um surto de doenças respiratórias, com pessoas morrendo de pneumonias que não eram identificadas por nenhum médico, até que o capitão-médico do Exército Brasileiro, João Muniz Barreto de Aragão, deu o diagnóstico. Tratava-se do

mormo, uma zoonose que era transmitida dos cavalos para o ser humano. Nesse momento, criou-se a consciência coletiva de que havia necessidade de o Brasil criar escolas de medicina veterinária e trazer esse profissional para o seio da nossa sociedade.

Naquele momento, foram os médicos-veterinários do Exército francês que, através de um apoio, de uma missão militar francesa, vieram para o Brasil debelar esse surto do mormo. A partir daí, o governo federal tomou consciência disso. Surgiu aí o embrião, o início da profissão no Brasil. A escola criada em 1910 começou a funcionar efetivamente em 1914, formando a primeira turma de médicos-veterinários do Brasil, em 1917. Daí, a medicina veterinária se agregou completamente à nossa sociedade, tornando o Brasil hoje um celeiro do mundo na produção de proteína animal, fruto justamente desses abnegados que estão integrados em todas as cadeias produtivas do nosso agronegócio.

Mas a isso, Sr. Presidente, cuidar dos animais é o que normalmente a sociedade remete o papel do médico-veterinário. Cuidando desses animais, nós estamos o tempo todo fazendo saúde pública, fazendo medicina veterinária preventiva, cuidando do equilíbrio entre a saúde do homem, dos animais e do meio ambiente. Daí, surge um conceito muito moderno, que é esse conceito, Sr. Presidente, que nós temos a obrigação, todos nós, parlamentares, de levar para dentro do Executivo. É o conceito da saúde única. Nós temos uma única saúde no mundo: a saúde humana, a saúde animal e a saúde ambiental. Vivemos, exatamente com a pandemia do coronavírus, essa certeza de que muito provavelmente, lá naquele mercado molhado em Wuhan, lá na China, se houvesse ali a presença efetiva de um profissional da medicina veterinária, fiscalizando a qualidade sanitária daqueles produtos, intervindo para que se evitasse a transmissão dessa zoonose que acabou sendo disseminada para todo o mundo, nós provavelmente, Sr. Presidente, poderíamos ter tido a prevenção dessa grande pandemia.

Por falar em prevenção, novamente coloco aqui o papel primordial que o médico-veterinário tem para cuidar da vida das pessoas. O senhor deve ter observado, na imprensa, na semana passada, que todo o Brasil e principalmente a classe dos médicos-veterinários ficou muito feliz quando, no dia 31 de agosto, o Ministério da Saúde nomeou para ser o diretor do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, um médico-veterinário, o Dr. Laurício Monteiro. O Dr. Laurício é um profissional habilitado a lidar com todas essas situações de doenças transmissíveis, em toda a cadeia da transmissão que acontece na natureza.

Os médicos-veterinários possuem a expertise de prevenção de tantas doenças como a leishmaniose, a dengue, a febre amarela e diversas outras que os homens compartilham com os animais. Mas, neste momento, Sr. Presidente, em que o nosso presidente da República, através do ministro da Saúde, nomeou esse médico-veterinário para ocupar esse importante cargo e para substituir um outro médico-veterinário que ali já estava atuando, houve uma reação desproporcional da imprensa e também de personalidades políticas, que procuraram atacar o governo federal dizendo que o Ministério da Saúde colocou um veterinário para cuidar da vida das pessoas, de forma depreciativa, sem tratar esse profissional com o respeito que ele merece. Somos médicos-veterinários e estamos preparados de forma curricular e com toda a nossa formação humanista para entender muito bem a dinâmica do processo saúde e doença.

Naquele momento, presidente, fiz um protocolo no dia 1º de agosto, no dia seguinte a essa manifestação desrespeitosa de órgãos de comunicação e também de algumas personalidades, e agora gostaria de deixar aqui a minha resposta à deputada Manuela D'Ávila e ao Ciro Gomes, que, de forma desrespeitosa, disseram que este governo seria genocida por indicar um médico-veterinário para o Ministério da Saúde. Protocolei moção de apoio ao médico-veterinário que estava legitimamente ocupando esse cargo, o médico-veterinário que já atua e que é o nosso presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Distrito Federal, um profissional de carreira da Secretária de Saúde do Distrito Federal e que possui todas as condições de exercer essa função. Aliás, no Ministério da Saúde, existem diversos profissionais médicos-veterinários que atuam justamente interferindo e tentando prevenir esse processo de saúde e doença.

A Assembleia Legislativa, através desse requerimento, faz moção de apoio não só ao Dr. Laurício, mas especialmente a todos os médicos-veterinários do Brasil, que merecem ser reconhecidos pela sociedade, a que servem tão bem, a que servem como vocação. Os médicos-veterinários, quando escolheram sua profissão, certamente identificaram na sua infância e na sua adolescência um amor todo especial por esses seres que compõem, de forma equilibrada, o nosso planeta. Eles merecem, portanto, todo o nosso respeito.

Temos observado, durante essa crise da pandemia do novo coronavírus, o papel muito importante que esses profissionais têm realizado em todo o Brasil. O governo federal convocou diversos profissionais de diversas especialidades da saúde, e, dentre eles, está lá presente o médico-veterinário que, na nossa Constituição Federal, é reconhecido como um profissional de saúde, que atua com toda a sua capacidade para que consigamos sair deste momento fortalecidos e convictos de que a saúde única só será realmente palpável, no entendimento da nossa sociedade, quando os médicos-veterinários tiverem o seu valor reconhecido, a sua função reconhecida.

Não só um reconhecimento verbal ou escrito, mas principalmente através da valorização da classe, através da valorização dos salários do profissional. Assim a saúde mineira e a saúde brasileira só têm a crescer com o reforço dos conhecimentos desse profissional que tanto estuda, que tanto conhece a dinâmica de toda a produção. No resgate do nosso desenvolvimento econômico, certamente o médico- veterinário está completamente inserido.

Nós observamos, no mês passado, o nosso governador Zema regulamentando a lei dos queijos artesanais. Essa lei permitirá que 30 mil produtores comercializem o seu alimento seguro para a nossa população. E seguro por quê? Porque está tendo ali a atuação firme dos médicos-veterinários, fiscais agropecuários do nosso nobre Instituto Mineiro de Agropecuária, o nosso IMA, que de forma anônima está presente dentro de indústrias de laticínios, dentro de indústrias frigoríficas, garantindo à população de Minas Gerais o consumo de alimentos que não trarão problemas para a nossa saúde humana. Investir em médicos-veterinários é investir na prevenção. E, quando investimos na prevenção, deixamos de gastar vultuosas quantias com a cura das doenças.

O papel de toda medicina veterinária, integrando a saúde pública, é uma realidade, e todos percebem isso com essa pandemia. Estamos enfrentando o inimigo invisível, estamos enfrentando aquele inimigo que nós, médicos-veterinários, estamos no dia a dia lutando para evitar que ele esteja presente no nosso ambiente, para evitar que ele esteja presente nos nossos animais domésticos, nos nossos animais silvestres, que passariam, então, a ser risco para a população. Mas, devido à presença desse profissional, devido à presença desse médico, podemos conviver com aqueles que hoje já são membros da família, que são os nossos pets, os nossos animais domésticos. Assim, a nossa população tem a segurança da convivência harmônica com esses seres tão especiais, que oferecem a cada família, a cada homem, a cada mulher, a cada criança, o conforto da sua presença, o conforto da convivência salutar com eles.

É muito importante que a sociedade brasileira tenha a convicção desse papel e saiba que temos médicos-veterinários em todas as esferas, atuando para o bem da saúde humana. Nós temos um destaque: os médicos-veterinários fiscais agropecuários do nosso Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento permitem que hoje o nosso país seja reconhecido como de excelência na produção de produtos de origem animal, colocando o Brasil no topo do ranking de países exportadores. O nosso país é submetido constantemente a diversas inspeções de mercados muito exigentes, como o mercado europeu, o mercado americano, o mercado dos países asiáticos, que constantemente atestam a qualidade do trabalho de médicos-veterinários que atuam não só na inspeção desses produtos lá nas nossas agroindústrias, mas também lá na ponta da linha invertida, dentro da fazenda, dentro da porteira, atuando junto ao nosso produtor, atuando com o papel fundamental da assistência técnica.

Portanto, mando um abraço todo especial aos médicos-veterinários integrantes da nossa Emater, que fazem a sua atividade técnica de extensão, de modo que aquele conhecimento produzido nas universidades, produzidos na academia possa chegar ao

produtor e que esse produtor seja a mola propulsora da nossa economia. Não posso me esquecer também de destacar os médicos-veterinários da nossa Epamig, que fazem alavancar as pesquisas dentro do nosso estado.

Portanto, Sr. Presidente, neste dia tão especial, eu não poderia deixar de transmitir para toda a sociedade, para todos os parlamentares, a importância da profissão do médico-veterinário para o futuro do nosso Brasil, envolvido com o resgate da qualidade da saúde e também com os aspectos econômicos do nosso agronegócio, de que tanto precisaremos de agora para frente.

Um abraço a todos os médicos-veterinários de Minas Gerais. Um abraço a todos os médicos-veterinários do Brasil, neste seu dia. Vocês são os profissionais da saúde única. Parabéns a cada um de vocês. Parabéns por terem abraçado essa profissão, que muito mais do que uma profissão é uma vocação. Muito obrigado, Sr. Presidente. Tenham todos uma boa tarde!

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Quero cumprimentá-lo e cumprimentar todos os deputados e deputadas que participam deste Plenário de hoje à tarde e também todos os telespectadores que estão assistindo à TV Assembleia.

Sr. Presidente, eu queria dedicar parte da minha fala aos trabalhadores da MGS, mais uma empresa pública do Estado de Minas Gerais. Eu venho denunciando aqui o processo de desmonte e de tentativa de privatizações do governo, do governador Romeu Zema, que trata de empresas importantes como a Cemig, a Copasa, a Codemig e também a MGS. É por isso que eu quero me dedicar e tornar público o que acontece nessa empresa.

Eu lembrava aqui que o tripé de ação e sustentação ideológica desse governador é os ataques aos servidores estaduais, com precarização dos serviços públicos; e agora, com essa reforma ou melhor com essa reforma previdenciária, que foi implementada na última semana; as privatizações; e a adesão de Minas ao regime de recuperação fiscal. Essa é uma situação que em vez de melhorar a situação de Minas provavelmente vai levar o Estado à quebra geral.

Antes de ser eleito, o governador Romeu Zema, do Partido Novo, o partido de velhas práticas políticas, circulou um vídeo em que ele prometia aos seus amigos milionários e principalmente aos empresários do ramo de limpeza e conservação que iria privatizar a MGS. A MGS é uma empresa que vem se destacando, Sr. Presidente, no cenário estadual, como uma importante e lucrativa empresa, graças ao empenho e ao esforço dos seus funcionários, comprometidos com o bem-estar da população. É uma empresa pública que tem crescido no ranking das melhores empresas para ser a maior empresa de facilities do Estado de Minas Gerais. Mas, muita gente está de olho nela.

Então, o governo tomou a iniciativa de colocar em prática a promessa de campanha feita aos amigos do governador. Isso não sou eu quem está dizendo. Lembro, mais uma vez, que há um vídeo circulando nas redes sociais em que ele fala em alto e bom som as reais intenções com a MGS. Recentemente, Sr. Presidente, os trabalhadores e as trabalhadoras dessa empresa, bem como toda a sociedade mineira, foram presenteados com o anúncio veiculado também pelas redes sociais de que o governo estaria realizando estudos para uma futura desestatização. Esse é um novo nome para uma política nefasta de desmonte de empresas públicas.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a situação de privatização da MGS é real e se concretiza nas ações deste governo. Primeiro, ele reduz os custos de trabalho, os investimentos, desqualifica a empresa e, com isso, precariza os serviços criando deliberadamente um ambiente hostil, com insatisfação generalizada da população, construindo um discurso de que, como o serviço está ruim, é preciso privatizar.

Para que os senhores e as senhoras tenham uma ideia do que estou falando e das arbitrariedades no interior dessa instituição, na semana passada, os representantes da Associação dos Trabalhadores da MGS – Assemgs –, trouxe até o nosso gabinete uma situação específica dos trabalhadores vigias. Os vigias que são funcionários da MGS lotados em BH e no interior não têm isonomia salarial com os vigias da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os trabalhadores da capital e do interior não têm o seu direito à periculosidade reconhecido, somente os trabalhadores da região metropolitana, o que demonstra completa falta de isonomia dentro da empresa, nesse caso descumprindo a legislação trabalhista que trata da isonomia salarial. Por conta dessa situação é que, no dia 27 de agosto, esses trabalhadores manifestaram o seu

descontentamento com a política da MGS. Eles querem uma política clara, transparente, tratamento igualitário, valorização salarial. Eles reivindicam isonomia salarial com os demais vigias.

Uma outra situação específica, Sr. Presidente, do descaso, da completa falta de sensibilidade e empatia com a situação do outro, vem ocorrendo especialmente com os funcionários da MGS, que prestam serviço na Cidade Administrativa. Na sua maioria, são trabalhadores da limpeza, telefonistas do atendimento Disque 190, da central do Copom, entre outros funcionários e trabalhadores. As trabalhadoras que terminam a sua jornada de trabalho após as 20 horas não estão sendo atendidas pelo serviço de transporte público, e assim têm de se deslocar da Cidade Administrativa à noite, de madrugada em alguns casos, até a estação mais próxima do metrô, BHBus ou MG-10, para pegarem um transporte público, colocando a sua vida e a sua segurança em risco. Esse problema se intensificou com a pandemia, pois as empresas de transporte público, para atender as medidas sanitárias, reduziram a circulação dos ônibus na Cidade Administrativa.

Então, diante dessa lamentável situação de descaso com os servidores, fiz um requerimento à MGS, à Intendência da Cidade Administrativa, à BHTrans, em Belo Horizonte, pedindo solução para essa situação. Eu acredito, Sr. Presidente, que toda qualidade do serviço da MGS é fruto do esforço e da dedicação dos seus funcionários, justamente por terem em seu DNA o caráter totalmente público, uma gestão democrática e necessária a ser realizada nessa empresa. A sua modernização será fruto de discussões com as entidades representativas dos trabalhadores e com os próprios trabalhadores. Então, é hora de a gente discutir isso nesta Casa, criar mecanismos para barrar essas e outras tentativas de privatizações no Estado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de aproveitar também, Sr. Presidente, para cumprimentar os trabalhadores dos Correios pela greve que já dura 23 dias e que deixa centenas de agências fechadas na região metropolitana e também no interior de Minas Gerais. Uma greve que foi deflagrada para poder manter os direitos conquistados. Não é nenhuma reivindicação nova, mas para manter os direitos trabalhistas conquistados pela categoria há anos e anos, uma categoria tão importante para o desenvolvimento do país e que cumpre uma função social gigantesca. Todos sabem que o senhor pode colocar uma carta para ser entregue em São Gabriel da Cachoeira pelo mesmo valor que é entregue dentro de uma região metropolitana. São Gabriel da Cachoeira fica lá perto da Venezuela, quase na fronteira com a Venezuela, porque a empresa cumpre essa função social. A intenção do governo federal também é privatizar essa grande empresa, antiga Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar também que, após a aprovação da reforma previdenciária aqui, no Estado de Minas Gerais, a reforma que foi aprovada na semana passada, eu tenho recebido centenas de mensagens de trabalhadores do Estado querendo saber como ficaria a aposentadoria. A gente vai tentando explicar, e as pessoas vão se desesperando, porque, como ela foi aprovada em meio a uma pandemia, com pouca possibilidade de as pessoas terem acesso às informações, elas estão descobrindo agora que é uma situação que ataca profundamente os direitos e a aposentadoria dos servidores.

O governador Romeu Zema também enviou uma reforma administrativa, que conseguimos fatiar, mas o governo federal anunciou a intenção de apresentar uma reforma administrativa também no âmbito federal, que pode atingir estados e municípios; uma reforma administrativa que, dentre diversas questões, trata do fim da data-base dos servidores, do fim da estabilidade dos servidores, que é tão fundamental, porque o servidor público é um servidor do Estado e não um servidor de governo, do fim da progressão por tempo de serviço, de férias-prêmio e outros direitos que os trabalhadores, os servidores públicos no âmbito federal, estadual e municipal conquistaram. Então nós, os deputados que se alinham com essa discussão, teremos muito trabalho pela frente ainda, tanto no Estado, como também numa campanha nacional contra essa reforma administrativa, que quer aniquilar os serviços públicos do Brasil.

Então, Sr. Presidente, são essas as minhas palavras. Um grande abraço para o senhor e para todos que estão nos assistindo. Obrigado.

O presidente – Outro grande abraço, deputado Betão. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, presidente Carlos Henrique; boa tarde às senhoras deputadas que estão participando desta reunião, aos colegas deputados.

Presidente, primeiro quero trazer também as minhas homenagens aos médicos-veterinários pela passagem do seu dia. Nós assistimos atentamente ao pronunciamento do Coronel Henrique, que é um médico-veterinário, uma pessoa que tem defendido muito a categoria. E ele tem motivos para defender, porque é uma categoria essencial, fundamental na nossa sociedade. Então ficam aí os meus cumprimentos aos médicos-veterinários, aos colegas médicos-veterinários, que desempenham esse papel e estão sempre presentes na vida e no dia a dia de todos nós, brasileiros.

Cumprimento também os administradores, porque hoje também é o Dia do Administrador. Principalmente neste momento que estamos vivendo, de uma instabilidade político-administrativa, em que as empresas correm risco se não se modernizarem, se não se adequarem a este momento que estamos vivendo de pandemia, o administrador entra com o seu papel de organização, um papel também importantíssimo, não só nas empresas, mas em todos os setores da nossa vida. Então meus cumprimentos também aos administradores.

Mas, presidente, hoje eu queria encerrar a minha fala agora, só no cumprimento a essas duas categorias. Mas estou vendo, na tela, o companheiro Dr. Hely Tarquínio, médico, participante comigo da Comissão de Saúde, e eu queria dizer, Dr. Hely Tarquínio, que nós hoje não temos muitos motivos para comemorar as coisas da saúde no nosso país e no mundo todo. Primeiro, nós tivemos o conhecimento de que 240 médicos já morreram no enfrentamento à Covid no Brasil, e mais de 500 outros profissionais também já faleceram - foram contaminados e morreram -, dentre eles os enfermeiros, os agentes de saúde, os fisioterapeutas, os biomédicos. Então nós estamos falando aí num universo muito grande de profissionais que estão lá na linha de frente. Há gente que acha que trabalhar num pronto-socorro, que trabalhar num CTI, principalmente com pacientes de Covid, é um trabalho difícil, mas é um trabalho tranquilo. Não é dessa maneira. Quem está trabalhando num CTI hoje corre risco toda hora e todo momento. É um ambiente reconhecidamente infectado, porque nem todos os filtros conseguem tirar o ar contaminado pelo coronavírus para fora. Então trabalham num ambiente em que se respira esse ar contaminado, esse ar repleto de coronavírus. Então eu queria também fazer a minha homenagem a esses médicos.

Aqui, em Montes Claros, nós já perdemos alguns médicos; em Minas Gerais, muitos outros médicos; e, no Brasil todo, são 240 colegas médicos. A nossa Unimontes forma 60 médicos por ano. É como se a Unimontes ficasse quatro anos sem formar um só médico. Imaginem isso! Que prejuízo para a sociedade, que prejuízo social, que prejuízo para a categoria médica, que prejuízo para as famílias. Eu só posso pedir a Deus que os acolha neste momento, e pedir a Deus que as coisas comecem a acontecer de uma maneira mais tranquila nessa fase final de Covid. Mas não está tão tranquilo, não.

Eu assisti a isso ontem numa emissora que anunciou que a empresa AstraZenica, juntamente com a Universidade de Oxford e a Fiocruz, aqui no Brasil, estava interrompendo o processo de testagem de uma vacina, que era a mais avançada do mundo. Isso porque um paciente só, no Reino Unido, teve uma doença grave. Ele havia tomado a vacina e teve uma doença grave: mielite transversa. Por isso, a empresa cessou. Agora, a maneira de dar essa notícia causou um impacto em todo mundo.

E como estão os 5 mil brasileiros que, voluntariamente, dispuseram-se a receber a vacina e estão participando historicamente, heroicamente de um momento do nosso país, para que possam também fazer parte dessa história ou se colocarem como cobaias de uma vacina que, aparentemente, era a mais avançada do mundo? Eu não comungo com a forma com que essa empresa sensacionalisticamente trouxe essa notícia. Eu acho que isso faz parte de um processo natural. As pessoas que se propõem a receber a vacina sabem perfeitamente que nós estamos participando de um momento em que o mundo todo se mobiliza para poder trazer uma vacina segura, uma vacina eficaz para a nossa população.

Como médico, presidente da Comissão de Saúde, Dr. Hely, amigo Carlos, Marília Campos, que também está nos vendo ao vivo, eu entendo que essa é uma notícia triste para todos nós. Ela deveria ser melhor contada. Ela não poderia ter esse aspecto e essa

característica, como se fosse uma notícia. Estou vendo que o Professor Irineu também está entrando no processo. Essa notícia não poderia ser dessa maneira. É preciso que haja cautela, porque foi 1 paciente em 40 mil no mundo todo que apresentou um sintoma, que ninguém sabe se foi provocado pela vacina da Covid. As coisas não podem acontecer dessa maneira.

Por outro lado, a Rússia já está liberando a testagem de uma vacina apenas na sua segunda etapa. Ela não testou isso na população como um todo e já está liberando essa vacina. Será que essa corrida que estamos vendo é uma corrida pelo poder? É uma corrida para saber quem tem mais força, quem quer vender mais? Eu sei muito bem o que são esses lobbies dessas empresas produtoras de medicamento, dessas grandes multinacionais. Eu acredito que, numa escala de 1 a 100, apenas 1% deve estar extremamente preocupado com a população, porque 99% estão preocupados com os bilhões, trilhões, não de reais, mas de dólares. Estão nessa corrida para poder trazer a vacina da Covid.

A FioCruz recebeu do governo federal, do Ministério da Saúde, numa primeira etapa, R\$550.000.000,00. E, no final da produção da vacina pela Fiocruz, o governo brasileiro, o povo brasileiro estará investindo na Fundação Oswaldo Cruz, lá no Rio de Janeiro. Investirá R\$2.000.000.000,00. Tudo isso cria um universo que nos preocupa.

Eu fiquei arrasado ontem. Eu fiquei arrasado como médico, eu fiquei arrasado como brasileiro, como uma pessoa que tem seguido pari passu o que está acontecendo em Minas Gerais, nas nossas cidades, no Brasil como um todo, no mundo como um todo. Muitas vezes, na hora do Jornal Nacional, à noite, eu fico lutando, torcendo, faço até figa para ver se aquele quadrinho de Minas Gerais fica azul, pois mostra que está caindo. A gente está vivendo isso. Nós estamos emocionalmente comprometidos com essa Covid. Então, não seria justo trazer uma mensagem dessa, um anúncio jornalístico desse como se fosse... Eu até achei que eles iam falar: “A vacina é segura, é eficaz. Podem tomar”. Não, por causa de um caso lá, na Grã-Bretanha, parou-se o processo. Está certo. Talvez seja esse protocolo mesmo, mas me passou essa sensação de que quanto piores forem as notícias jornalísticas elas devem render mais, elas devem vender, mais elas chamar atenção. Chamou a minha atenção no lado negativo.

Esta noite eu custei a dormir imaginando os recursos brasileiros da Fiocruz, essa vacina lá da Rússia que está sendo liberada sem uma testagem em massa de 40 mil pessoas. Então o que é isso? O que nós estamos vivendo? Onde é que fica a população, Dr. Hely, nesse momento? São 60 milhões de brasileiros que estão sobrevivendo no Brasil com R\$600,00. Dinheiro que o governo está tirando não sei de onde para atender sessenta e tantos milhões de brasileiros, não é mesmo?

Eu fico triste quando vejo aí as pessoas aumentando as estatísticas de desemprego. E tem gente que comemora: “O Brasil hoje está com 13 milhões de desempregados”. E não está torcendo para que a gente possa conseguir mais emprego, não. Eu acho que cada um está pensando nos seus interesses próprios e muito poucos estão pensando no interesse comunitário. Nós temos que parar de aplaudir, de bater palma para essas notícias terríveis, esses paladinos da desgraça que a gente está vendo toda hora aí. Em vez de procurar ajudar, de tentar pelo menos com uma opinião, ficam aí pregando o caos, pregando a miséria, pregando a desgraça para o povo brasileiro.

Eu termino hoje pedindo a Deus que essa vacina possa voltar novamente. Não sei se serão, mas seriam, Dr. Hely, 100 milhões de vacinas produzidas até o final deste ano ou princípio do ano que vem, o que poderia trazer aí a imunização em massa para a nossa população e tiraria essa coisa ruim que nós estamos vivendo.

Olha, cartão vermelho para esse povo que só quer pregar a miséria, a desgraça. Cartão vermelho para esse povo que não tem compaixão do povo brasileiro, que não tem compaixão das pessoas pobres deste país, deste mundo. E nós vamos rezar e pedir a Deus. Eu peço que os companheiros e as companheiras que acreditam nesse ser superior que rezem conosco para que possamos ter, pelo menos, uma boa notícia dentro dos próximos dias e a volta dessa vacina tão importante e tão essencial ao povo brasileiro.

Muito obrigado e que Deus nos proteja!

O presidente – Obrigado, deputado Dr. Carlos Pimenta. Deixo o nosso sincero abraço a V. Exa. e aos demais deputados e deputadas também que estiveram presentes nesta reunião.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes, publicado no *Diário do Legislativo*, de 21/3/2020, foram aprovados conclusivamente pela Mesa da Assembleia os Requerimentos nºs 6.214 a 6.220/2020, do deputado Dr. Jean Freire, 6.223/2020, do deputado Mauro Tramonte, 6.224 e 6.225/2020, do deputado Cleitinho Azevedo, 6.230/2020, do deputado Betão, e 6.242/2020, do deputado Coronel Henrique. Publique-se para fins do art. 104 do Regimento Interno.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 10, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cleitinho Azevedo, Douglas Melo, Doutor Wilson Batista e Elismar Prado, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/9/2020, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os 30 anos do Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2020.

Bartô, presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 9/9/2020, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Ivone Nogueira, ocorrido em 9/9/2020, em Betim. (– Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/9/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Gislaine Aparecida Campos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Guilherme da Cunha;

nomeando Alex de Oliveira Teixeira, padrão VL-38, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Danylo Gonçalves Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém;

nomeando Gislaine Aparecida Campos, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Guilherme da Cunha;

nomeando Marcus Alex Ramos Andrade, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Agostinho Patrus.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 20, de 15/12/1998 e nº 41, de 19/12/2003, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando a pedido, por idade, com proventos proporcionais, a partir de 2/9/2020, a servidora Ligia Elias Coêlho, CPF nº 460.074.157-91, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – jornalista, padrão VL-57, classe II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Fundação João Pinheiro. Objeto: cooperação entre as partes na oferta e na realização de estágio não obrigatório, com vistas a propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem de estudantes de nível superior. Vigência: cinco anos a partir da data de publicação. Dotação orçamentária: 3390.36.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 54/2020

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 137/2020

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 28/9/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transmissão por rede óptica de sinais de áudio, vídeo e dados da TV Assembleia.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/9/2020, na pág. 61, onde se lê:

“Mário Antônio Cavam Filho”, leia-se:

“Mário Antônio Caram Filho”.